

PSICOLOGIA SOCIAL DO ESPAÇO: UMA INTRODUÇÃO

EDSON ALVES DE SOUZA FILHO

Universidade Federal do Rio de Janeiro

ROSA CRISTINA MONTEIRO

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Se uma cobra (coisa rara) devora a si própria será que em seu lugar fica um vácuo do tamanho de uma cobra? Existe, por outro lado, uma força tão poderosa a ponto de fazer um homem devorar a sua natureza humana? Existe? Inexiste? Existe? Isto é uma charada!

István Orknéy

■ O estudo psicossocial do meio ambiente remonta ao início do século XX, mas ganhou grande impulso a partir da década de 70 como uma especialidade à parte. Após um começo fortemente marcado pela ênfase nas dimensões individual e psicofísica, a psicologia do meio ambiente, ou ecológica, tem se voltado ultimamente para a dimensão social e simbólica, como atestam alguns trabalhos recentes na França (Moles e Rohmer, 1978, 1982; Jodelet, 1982, 1987; Fisher, 1992) e em outros países (Graumann, 1979⁽¹⁾; Sánches, Wiesenfeld e Cronick, 1987; Castro, 1991; Macnaghten, Brown e Reicher, 1992). Trata-se de construir uma abordagem específica que elabore, conceitual e metodologicamente, modos de relacionamento humano com o ambiente, construído e/ou natural, quando ele é influenciado pela intermediação de outro sujeito (indivíduo-grupo-sociedade). Neste sentido, a redefinição do campo para a psicologia social do espaço corresponde à intenção de incluir não apenas outras dimensões no fenômeno, mas ressaltar, pelo menos metaforicamente, seus aspectos imaginantes e simbólicos, relativamente negligenciados pela maioria das correntes conhecidas, mais voltadas para o comportamento e o cognitivo, seja tomando o meio ambiente como um dado determinante do psicológico e social, seja subjetivando a experiência por meio de busca de invariantes mentais e de conduta. Para tanto, é necessário expor o recorte de unidades de análise em torno das quais se centra nossa abordagem.

A adoção de uma psicologia social mais abrangente, incluindo as interações de indivíduos com outros níveis

de realidade social (Doise, 1982), permite-nos apreender mais adequadamente o conjunto de fenômenos em foco, os quais intermedeiam as relações daqueles primeiros com o espaço, físico ou outro. Parte desta realidade social é composta por elementos universais e genéricos, assim como por outros tantos elementos particulares a sociedades e realidades históricas específicas. Isto implica iniciar investigações procurando problemas colocados pelos próprios sujeitos e coletividades em sua experiência com o espaço. A fim de compreender e descrever as complexas relações entre as unidades mencionadas, é necessário recorrer a um instrumental teórico e metodológico tal como a abordagem psicossociológica.

Como se sabe, a idéia central da abordagem em foco é procurar investigar, a partir de manifestações simbólicas/práticas, o modo adotado de se relacionar e pensar a realidade social/natural, sobretudo informalmente, no quadro de um mundo social marcado por divisões sociais, inclusive de especialização crescente da vida quotidiana. Assim, cada vez que um homem comum delega a um especialista a elaboração de algo ligado à sua relação consigo e com o mundo, ao invés de implicar simples solução de problemas, acrescenta uma necessidade nova de elaboração informal, em termos privados ou interativos. Ou seja, é a própria alienação da produção do espaço a partir da intervenção técnico-científica que gera a necessidade de apropriação informal do mesmo, como forma de reação e/ou retomada de autonomia histórica ameaçada ou perdida. Acreditamos que tais interações entre diferentes formas de saber e de ação social sejam inevitáveis, ainda que elas possam estar ocorrendo apenas ao nível privado, individual ou grupal.

A psicologia social do espaço tem sido, entretanto, ignorada ou levada em conta de modo indireto, negligenciando 1. a capacidade de transformação do sujeito social por meio da função simbólica e 2. a dinâmica de interações na sociedade e no interior dos grupos. É preciso, portanto, ampliar a importância do papel do sujeito social e histórico, que não se reduz ao indivíduo; assim como não se resume à posição de um objeto passivo de determinações sócio-econômicas e/ou técnico-científicas, por mais "satisfatórias" ou "produtivas" que elas sejam. Neste último aspecto, houve ultimamente um certo progresso na área de sociologia urbana, ao incorporar os fenômenos de movimentos sociais enquanto manifestação do sujeito sócio-histórico, o que exige a inclusão de variáveis subjetivas, como foi indicado por Gohn (1994) em resenha recente. Poderíamos resumir as nossas preocupações a respeito de uma psicologia social do espaço por meio de algumas críticas propostas feitas há alguns anos por Ledrut (1973) a respeito de estudos da área: 1. fragmentação do espaço urbano (ou outro), 2. dicotomização entre fisicalismo/subjetivismo e 3. superação por meio de simbolismo social, que ainda se constitui na principal forma de intervenção informal existente.

⁽¹⁾ Graumann, C.F. (1979) Le concept d'appropriation (Aneignung) et les modes d'appropriation de l'espace. (mimeo)

Dois correntes destacam-se atualmente na psicologia social do espaço: uma, que poderíamos caracterizar, com Moscovici (1984), como binária, baseada no enfoque indivíduo-sociedade; outra, ternária, procurando articular indivíduo-grupo-sociedade. A primeira abordagem é fortemente marcada pelo recorte da psicologia individual e da sociologia filosófica, enquanto a segunda, pela psicossociologia. Tratam-se, talvez, de dois momentos e dois modos de trabalho de uma área de investigação, a meio caminho entre o psicológico e o sociológico, ainda pouco explorada, apesar de alguns impulsos recentes no sentido da articulação ternária mencionada. Foi preciso que se atingisse um certo amadurecimento da primeira para começar a dar lugar à segunda, sobretudo após o esgotamento das epistemologias racionalistas e individualistas, assim como do fracasso de políticas públicas que não levam em conta a dinâmica microssocial de grupos informais. Nas páginas a seguir, procuraremos delinear alguns pontos fundamentais da primeira e da segunda abordagens mencionadas, no âmbito das relações humanas com o espaço.

VIVÊNCIA DO INDIVÍDUO NA SOCIEDADE: ESPAÇO FUNDAMENTAL

Podemos conceber a constituição do "sujeito psicológico" segundo quatro dimensões: a percepção, o pensamento, o sentimento e a intuição. Em cada uma destas dimensões formam-se "objetos" ou "objetivações": pela percepção dá-se o acesso aos "fatos" ou "dados" que confirmam ao sujeito uma experiência de mundo; na operação do pensamento estabelecem-se conceitos que codificam a experiência, tornando-a partilhável; pelo sentimento ocorre um gosto/desgosto pelo mundo, e a intuição fornece um sentido profundo para o conjunto das experiências.

A articulação destas dimensões no pleno funcionamento da vida psíquica chama-se "vivência". Vivenciar é, portanto, experimentar o mundo sob múltiplos aspectos.

As vivências são ditas positivas ou negativas. São positivas as vivências que resultam em distinções claras no campo perceptivo, em significações possíveis no exercício do pensamento, em emoções ligadas à busca do prazer e evitação da dor e em projetos coletivos que afirmam a perseverança na existência. De outro modo, as vivências são muito negativas.

A primeira e fundamental vivência é aquela que estabelece a separação eu-outro... Na interação dinâmica de um corpo e outros corpos, de um pensamento e outros pensamentos, forma-se um limite que define a fronteira entre o "si-mesmo" e o "estranho a si": consciência/mundo; personalidade/meio; indivíduo/sociedade.

Estas duas polaridades interagem dialeticamente no curso da vida.

As vivências individuais formam "devires" que se manifestam enquanto "forças" no corpo social, podendo estas manifestações, de acordo com a qualidade e a intensidade das vivências que as promovem, apresentarem características mais ou menos harmoniosas, mais ou menos produtivas, mais ou menos transformadoras. Em contrapartida, o corpo social, enquanto agente catalisador dos encontros, define em grande parte a qualidade e a intensidade das vivências.

Um corpo social rígido, com estruturas (organizações, instituições) fortemente consolidadas e valores verticalmente estabelecidos, tende a impedir a emergência de devires criativos e, logo, limita as experiências humanas promovendo o empobrecimento da vida psíquica, sob todos os aspectos. Pensamos, por exemplo, na decadência da humanidade sob regimes totalitários.

No outro extremo desta interação, vivências particularmente intensas e criativas podem provocar alterações significativas no curso da história. Neste caso, tomamos como exemplo a proliferação de pequenos grupos de encontros entre mulheres, agenciamentos literários femininos menores, inscrições sub-reptícias em espaços públicos, que gestaram o feminismo e culminaram com a ruptura da dominação masculina.

Do ponto de vista metodológico, as vivências inscrevem-se na ordem dos acontecimentos: "tipos de variações perceptíveis no ambiente que não foram previstas pelo ocupante do centro deste ambiente..." (Moles, 1976, p. 27). Os acontecimentos e as vivências enquanto tais atravessam a esfera fenomenológica do "Eu, Aqui, Agora" para fazer surgir o movimento.

ESPAÇOS SOCIO-HISTÓRICOS

O espaço configura-se na correlação das forças que definem os movimentos.

Em imagens e conceitos, a polaridade "eu-outro", "si mesmo-estranho a si", gera as noções "dentro-fora", assinalando, portanto, lugares, *loci* de experiências individuais e coletivas.

Os limites da pele e o sentido de preservação da integridade física formam a fronteira entre os espaços intra-corporal e extra-corporal: o corpo e o entorno, ambiente, meio.

A diversidade das relações possíveis entre estes dois pólos emergentes na vida psíquica é o que diferencia "modos de ser".

Há culturas fortemente marcadas pela referência ao "si-mesmo", mantido nos limites do espaço intra-corporal, enfatizando a propriocepção, o conceito de um eu transcendental (acessível por ascese espiritual), o distanciamento afetivo em relação ao entorno e um sentido de "elevação" que ignora as referências concretas do lugar do "outro". Nas manifestações paroxísticas de

vivências assim determinadas e mantidas por rigorosa tradição cultural, encontramos individualizações marcadas pelo isolamento social: os eremitas;

Sociedades que se definem historicamente pela ideologia da acumulação de bens produzem devires subjetivos onde a percepção de si se estende a amplas regiões do espaço exterior; a noção de "eu" inclui objetos e coisas situadas no plano exterior; as emoções ligadas ao "outro" qualificam-se pela satisfação das necessidades próprias que são propiciadas em cada encontro e o sentido prevalecente na existência é o de domínio ou posse; O desenvolvimento de tecnologias de reprodução das imagens (gráficas e fotográficas) contribui para a formação de um *ethos* marcado pela intensificação das vivências relacionadas ao ato de "ver", provocando a irrupção de devires, individuais e coletivos, de natureza passiva: voyeurista. A propriocepção, neste caso, é menos pregnante do que a percepção externa possibilitada pelo outro (transformado perpetuamente em espelho), o auto-conceito inclui o outro na condição de espectador (um traço histórico destas sociedades), as emoções submetem-se a estereotípias estabelecidas pelo fluxo repetitivo de imagens e a vida adquire o sentido de espetáculo.

Os modos de ser assim determinados pelos poderes dominantes em largos períodos de tempo acabam por aprisionar o sujeito psicológico, impedindo o saudável exercício da descoberta de si, da invenção de si, da criação... O jogo de forças estabiliza-se.

Mas há sempre, em cada cristalização, a permanência de certos graus de liberdade e então, pela dialética permanente entre as experiências individuais e os agenciamentos coletivos, a cada situação correspondem igualmente devires-menores que se estabelecem pela força dos encontros raros, vivências mais intensas e, conseqüentemente, mais poderosas do ponto de vista das transformações sociais.

Assim, por exemplo, o monge eremita que se despoja no espaço, se desnuda e descalça, é coextensivo às grandes edificações temporais que abrigam ritos e mitos de natureza hiper-concreta; ao burguês faz contraponto o *clochard*; contra o espetáculo posicionam-se comunidades alternativas, recolhendo-se nostálgicamente no trabalho da terra.

SITUAÇÃO PÓS-MODERNA

As transformações mais recentes ainda da tecnologia, que implicam vertiginosa aceleração dos deslocamentos, têm provocado um efeito marcante na subjetividade, gerando o devir do *Voyeur-voyageur* (Virilio, 1984) que experimenta o mundo como "pista", "passagem", "tela de cinema". O que se constata é, ao nível da percepção, a hegemonia da imagem-movimento, fornecendo "traços",

mais do que "formas"; o conceito de "eu" vai se dissolvendo para confundir-se com o outro na condição de "linhas de trânsito", as emoções alternam-se em ciclos cada vez mais curtos e a existência quase perde o sentido ao rivalizar com a intuição da transitoriedade, da finitude, da morte.

O espaço transforma-se em meio de penetração, de uso predatório e desintegração rápida.

Entre nós, é exemplar desta condição a mitificação do herói das pistas, a glorificação da morte instantânea, a aposta da vida reduzida ao espaço-dromos.

No plano psicológico, a velocidade dos meios, a aceleração dos movimentos e a intensa carga destrutiva presente no ambiente tornam-se incompatíveis com o tempo da organização interna, o auto-reconhecimento por meio da apreensão consciente dos produtos de cada ato ou ação, do encontro com o outro na condição de um outro-eu. As interações e trocas passam-se na superfície da dimensão psíquica - pura comunicação. O conjunto das experiências é marcado pela força de contratos firmados com base em cálculos que racionalizam "ganho": mais espaço em menos tempo.

Faz falta o tempo de contato; faz falta a saída da linha de trânsito para a emergência de forças expressivas aptas a resgatarem o domínio dos atributos que pertencem a dimensões mais arcaicas da experiência coletiva.

VIVÊNCIAS DO INDIVÍDUO EM GRUPOS PSICOSSOCIAIS: ESPAÇO COMO AÇÃO/ SIMBOLIZAÇÃO SOCIAL PARTICULARIZADA

Como havíamos dito, foi a própria evolução social e tecnológica que levou à busca de abordagens que procuraram articular indivíduo-grupo-sociedade. A superespecialização e centralização industrial e estatal acabaram sufocando o indivíduo e liberando-o para a formação de novos grupos, sociabilidades, simbolizações. Neste quadro, o espaço tornou-se um dos elementos cruciais da cultura em mutação, objeto de debates que, freqüentemente, redundaram em movimentos sociais. Entre as teorias psicossociais que mais procuraram dar conta, de modo articulado, de todas as dimensões acima mencionadas, está a das representações sociais (R.S.).

A teoria das R.S. já foi apresentada em algumas publicações recentes em nosso meio (Souza Filho, 1990a, 1990b; Souza Filho, 1993) e poderia ser resumida pelo propósito de se buscar a gênese do conhecimento informal a partir de dois processos psicossociais: a objetivação e a ancoragem. O primeiro diz respeito aos aspectos figurativos do objeto de representação, enquanto o segundo, às significações associadas pelos sujeitos ao mesmo. Tudo leva a crer que estes dois processos ocorrem concomitantemente e de modo imbricado, interdependente, ainda que algumas evidências empíricas

recentes tenham indicado que, dependendo do objeto de representação, a objetivação poderia ter uma permanência histórica maior. Assim, De Rosa (1987) mostrou que na representação social do doente mental na Itália, coletada por meio de desenhos livres, havia maior presença de seus aspectos figurativos desfavoráveis ao tipo de pessoa representada, os quais, segundo a autora, seriam oriundos da tradição iconográfica italiana. Cabe perguntar se os resultados encontrados pela psicóloga social italiana não se deveriam ao fato de as novas concepções a respeito do doente mental terem trabalhado a mudança mais ao nível de significado semântico do que de imagem, o conservadorismo tendo se resguardado, por assim dizer, nesta esfera do conhecimento informal. No caso da psicologia social do espaço, vemos um motivo a mais para que se atente para o processo de objetivação, pois que, mesmo sendo uma atividade intelectual, ou "abstração" para inúmeros profissionais especializados em sua elaboração e execução, ainda deve ocorrer e impregnar boa parte do pensamento formal, para não nos referirmos àquele dos leigos, alheios a muitas das concepções/práticas arquiteturais e urbanísticas contemporâneas. Os descompassos entre tais mundos têm gerado muitas insatisfações entre usuários, sobretudo após a segunda guerra mundial, com a emergência da produção arquitetural e urbanística em série. Assim, o espaço é uma construção coletiva informal, produto não apenas de uma tradição cultural, muitas vezes reconhecida por profissionais que estudam os povos em geral, mas, antes de tudo, resultado de um trabalho de sujeitos particulares, que intermedeiam sua relações com o mundo. Neste sentido, o estudo de R.S. procura evidenciar aquele conhecimento cuja origem remonta a dinâmicas grupais e inter-grupais. Basicamente, os grupos distinguem-se por possuírem quantidades e qualidades de informação diferenciadas entre si a respeito de objetos sociais, por focalizarem os mesmos objetos segundo aspectos e modos específicos e, enfim, pela pressão à inferência intragrupal para produzir um conhecimento próprio a respeito. Contudo, é preciso lembrar algumas funções sociais que as R.S. cumprem. Podemos mencionar neste contexto o seu papel na comunicação no interior de um grupo para construir a sua realidade social (Festinger, 1950), sobretudo diante de objetos controvertidos e da necessidade de atingir metas consensuais aos membros do mesmo. Abric (1994) apontou, com base em pesquisas, que as funções de orientação de R.S. são resultado de três fatores: a definição da finalidade da situação, a produção de um sistema de antecipações e de expectativas e a prescrição de condutas e práticas sociais. Complementando as funções anteriores, segundo o mesmo autor, haveriam, inclusive, as de justificação, permitindo justificar as tomadas de posição e condutas. Já as funções identitárias, por sua vez, seriam primordiais na definição da identidade social e permitiriam a salvaguarda da especificidade dos grupos.

Os objetos ou problemáticas em torno dos quais giram nossas investigações são, em grande parte, os mesmos tratados por outras abordagens de algumas especialidades afins, tais como o estudo do urbano, a moradia, a natureza, em suas inter-relações com indivíduos e grupos, mas, também, várias questões trazidas pela experiência humana ligada ao espaço de modo geral. Neste sentido, o espaço tem sido estudado como epifenômeno, um "cenário", parcamente descrito ou teorizado, no qual ocorrem fenômenos psicológicos ou psicossociais, com exceção de alguns trabalhos. É preciso particularizar o objeto espaço, social e culturalmente, ou seja, considerá-lo enquanto conteúdo "subjetivo" (sócio-histórico) e não como algo puro e separado do indivíduo, talvez operacionalizado em um instrumento, mas ignorado teoricamente. Assim, Proshamsky (1978) refere-se à identidade topológica ou situacional, a qual resultaria da interação entre ambiente físico e um conjunto complexo de dimensões psico-sociais, tais como idéias, crenças, preferências, sentimentos, valores e metas. Contudo, tem sido omitido/ignorado na pesquisa contemporânea, por exemplo, o *status* de "sujeito"/ "objeto" investigados, já que alguns produzem, direta ou indiretamente, representações hegemônicas, outras sendo apenas produto do afã de um grupo manter sua autonomia ou liberdade simbólica (e material!) face àquelas primeiras. Ou seja, é preciso levar em conta a situação de poder ou dominação exercido por alguns grupos sobre os demais existentes em dada sociedade, em termos de capacidade de gerar atração, recompensa, sanção, informação, legitimidade (French e Raven, 1959), assim como de (re)criar novas significações ou formas de lidar com o espaço (Souza Filho, 1994a)⁽²⁾. Entre estas últimas, convém lembrar as contribuições de Durkheim sobre a criatividade social como conseqüência da aglomeração urbana em luta por um lugar ao sol, situação que geraria novas representações coletivas em forma de religiões, tecnologias, ciências, etc., agrupando novamente indivíduos e grupos, até então em estado de anomia e desagregação. Seguindo a contribuição do sociólogo francês, Lemaine (1979), um psicólogo social, estudou crianças em atividades de competição a partir de condições de desigualdade de meios, mas equiparadas em outras dimensões. No caso, elas deveriam construir cabanas com alguns materiais fornecidos, sendo que alguns grupos não recebiam um elemento importante para a realização da tarefa. O autor observou que estas últimas tendiam a buscar outros critérios de comparabilidade ou tornarem-se incomparáveis socialmente. Neste sentido, Moscovici e Lage (1978) estudaram, experimentalmente, o papel de normas ou regras sociais

⁽²⁾ Souza Filho, E.A. de (1994a) Estudos de psicologia social ambiental em duas cidades brasileiras. Relatório apresentado à Capes.

para validar o conhecimento social novo e concluíram que apenas as normas de preferência e de originalidade favoreceriam o aparecimento de respostas novas, como costuma ocorrer às margens das sociedades e em comunidades mais dinâmicas, tal como a científica e artística de alguns países.

Abaixo, apresentamos alguns estudos recentes realizados segundo a ótica psicossocial acima esboçada.

Moradia e Arquitetura

Estudos procurando estabelecer relações entre grupos sociais (particularmente de papéis sexuais) e simbolização do espaço de moradia foram feitos em mais de um país, revelando regularidades interessantes. Assim, não só a casa como um todo mas cada uma de suas partes parece corresponder, representacionalmente, ao gênero sexual do usuário (Raymond, 1968; Noschis, 1983; Lawrence e Noschis, 1985; Vasconcelos, 1993). Em outro estudo, a vivência residencial do passado foi considerada mais favoravelmente que a atual, independentemente de condições materiais objetivas da residência (Souza Filho e Canabrava, 1996a)⁽³⁾. Além disto, os sujeitos trataram a moradia mais como um espaço de interação social que de entretenimento de massa (TV e rádio).

Outro conjunto de investigações diz respeito às relações entre representações e condutas ligadas à moradia. O estudo de Bourgeat (1994)⁽⁴⁾, por exemplo, conseguiu evidenciar que a representação de conforto residencial de franceses estava mais relacionada ao conforto térmico no inverno, o que ocorria concomitantemente com maior/menor consumo de aquecimento. Del Prette (1990), por sua vez, constatou que os invasores de terra em João Pessoa possuíam um modelo estratégico de como agir e organizar sua ação urbana - o que está de acordo com um trabalho similar em termos de métodos de autoconstrução adotados em favelas do Rio de Janeiro (Drummond, 1981). Neste sentido, observaram-se diferentes tipos de usuários de construções arquitetônicas modernas, que se afastaram bastante de tradições culturais anteriores, conforme pesquisa realizada em alguns prédios de Oscar Niemeyer em Brasília (Souza Filho, 1996)⁽⁵⁾. Os usuários tenderam, segundo o mesmo estudo, a convergir socialmente quanto às favorabilidades em relação aos prédios de Niemeyer, mas a divergir em termos de desfavorabili-

dades e neutralidades, tendo em vista o grande valor coletivo para a cidade e o caráter não convencional das mesmas obras, de difícil apreciação para pessoas com menos instrução e vivendo em locais afastados.

Cidade

As investigações mais conhecidas sobre as representações de cidades haviam enfatizado sobretudo os aspectos funcionais e plásticos do relacionamento homem-urbe. Em estudo que procurou trabalhar a partir de depoimentos livres sobre o mesmo assunto encontrou-se um conjunto de conteúdos simbólicos bem diversificados, tal como é a realidade da experiência cotidiana em cidades (Souza Filho, 1994a). Assim, em estudo sobre a cidade do Rio de Janeiro e seus habitantes, conseguiu-se evidenciar que haveria numerosos pontos de contato entre os moradores observados que facilitariam o aparecimento de um consenso: seja desfavoráveis, tais como a administração pública e o problema da degradação do meio-ambiente; seja favoráveis, a respeito da interação interpessoal e participação de moradores em comunidade. Já em estudo feito sobre Brasília (Souza Filho e Canabrava, 1996b)⁽⁶⁾, houve tendência maior para a favorabilidade em relação à cidade em geral, monumentos e formato urbanístico, mas o morador foi considerado desfavoravelmente na dimensão interpessoal. Ademais, notou-se, no mesmo estudo, que ateus e membros de religiões minoritárias (budistas, umbandistas, entre outros) tenderam a se afastar no modo de apreciação da cidade e de seus conteúdos simbólicos.

De outro conjunto de dados, segundo abordagem similar, destacamos os trabalhos de Abric (1981) e Morin (1984) para mapear vivências subjetivas em sistemas de transporte e cidades, respectivamente. O primeiro observou que a representação de baldeação em linhas de trem na França poderia estar mais relacionada a experiências vividas da situação, tais como provocar uma alteração na auto-imagem (*status*) de executivos que se supõem sempre em conforto, prejudicando o uso de trem entre os mesmos. O segundo autor, por sua vez, relata resultados relativos à avaliação do quadro de vida urbana, tais como as periferias das cidades, os aspectos nocivos do meio físico-social (ruído, poluição atmosférica).

Espaço de Comunicação

Após os trabalhos de Hall (1971) e Sommer (1973), alguns estudos procuraram explorar dimensões psicossociais de interações em esferas microsociais em termos de R.S., como as redes de interação e con-

⁽³⁾ Souza Filho, E.A. de e Canabrava, A.P.B. (1996a) Moradia e subjetividade - passado e presente. Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

⁽⁴⁾ Bourgeat, G. (1994) Un complexe de représentations sociales: le cas du bien-être chez-soi. Rio de Janeiro: Second International Conference on Social Representations.

⁽⁵⁾ Souza Filho, E.A. de (1996) Apropriação social de prédios públicos de Oscar Niemeyer em Brasília. Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

⁽⁶⁾ Souza Filho, E.A. de e Canabrava, A.P.B. (1996b) A cidade de Brasília - representações e interações. Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

dições físicas de comunicação. Por exemplo, Moscovici (1967) estudou o estilo verbal na comunicação entre pessoas colocadas em situações espaciais de interação variadas (face a face, um de costas para o outro, separadas por uma tela, etc.); Souza Filho (1994a) investigou as redes de interação interpessoais mantidas na vida cotidiana de migrantes e não-migrantes, para as quais seria muito importante o projeto de vida do sujeito em relação à cidade, aí buscando realização profissional/material ou afetiva.

Bairro

Sobretudo no espaço urbano, o papel do bairro torna-se muito importante para a formação do processo de ancoragem/objetivação em termos grupais, uma vez que muitos sujeitos passam largos períodos em determinados pontos da cidade, estando, muitas vezes, mesclados a outras dimensões físicas e de identidades, tais como a étnica, revelados em alguns estudos (Milgram, 1972; Milgram e Jodelet, 1976). Neste sentido, Souza Filho (1994a) observou, sistematicamente, depoimentos de pessoas do Rio de Janeiro, de raça branca e negra, de situação sócio-econômica pobre, e constatou que elas possuíam representação da cidade e de moradores bem diferenciadas. No caso, as de raça negra tenderam a representar a cidade mais em termos de bairro e favela do que os de raça branca, enquanto estes últimos apresentaram representação de moradores e de grupos minoritários como mais passivos em termos de participação social. O autor acredita que a segregação sócio-espacial seja historicamente menor entre brancos, mais inclinados às possibilidades de mobilidade urbana por meio de trabalho e outras formas de ação individuais.

Região e Nação

Até certo ponto, não é comum incluírem-se em manuais de psicologia ambiental as dimensões regionais e nacionais, ainda que constituam, em certa medida, em entidades topológicas e simbólicas como as anteriormente mencionadas, com impacto certo em vivências humanas, tais como demonstrado por trabalhos de Tuan (1990) e de Thorne e Hall (1987). Em estudo que visava conhecer os conteúdos de auto-representação de brasileiros vivendo no exterior, Souza Filho (1988) constatou que os mesmos apresentavam respostas ligadas à natureza.

Natureza

A natureza tem sido estudada, mais freqüentemente, enquanto paisagem propiciadora de lazer e entretenimento,

assim como parte da identidade de algumas nações. Contudo, o movimento ecológico colocou na ordem do dia preocupações ambientais nas quais o tema natureza aparece como central (Souza Filho, 1994b)⁽⁷⁾, com repercussões para a psicologia social do espaço. Assim, em pesquisa que pretendia analisar desenhos de crianças de Brasília sobre o assunto ecologia, Souza Filho e Manhiça (1994) verificaram que havia forte relação entre o tipo de experiência física-residencial da criança e a função simbolizante. Além disto, os mesmos autores constataram uma tendência maior entre crianças mais privilegiadas da cidade de convergirem para os temas patrióticos e convencionais, enquanto as da periferia para uma produção de respostas novas sobre o assunto.

Referências Bibliográficas

- Abric, J.C. (1981) *Voyages Interurbains et Représentations Sociales - l'Exemple des Correspondences en Chemin de fer*. Em, Towards a social psychology of the environment. Maison des Sciences de l'Homme/Laboratoire de Psychologie Sociale, Paris.
- Abric, J.C. (1994) *Pratiques Sociales et Représentations*. Paris: P.U.F.
- Bardin, L. (1992) *L'Analyse de Contenu*. Paris: P.U.F.
- Castro, R. de (1991) *Psicologia Ambiental: Intervención y Evaluación del Entorno*. Madrid: Arquétipo Ediciones.
- De Rosa, A.S. (1987) The social representations of mental illness in children and adults. Em, S. Moscovici e W. Doise (Orgs.) *Current Issues in European Social Psychology*. Cambridge: C.U.P., vol. 2.
- Del Prette, A. (1990) *Aspectos Psicológicos e Sociais das Invasões Urbanas*. Anais do Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico em Psicologia. São Paulo, pp. 190-194.
- Doise, W. (1982) *L'Explication en Psychologie Sociale*. Paris: P.U.F.
- Drummond, D. (1981) *Architectes des Faveles*. Paris: Dunod.
- Festinger, L. (1950) Informal social communication. *Psychological Review*, 57, 271-282.
- Fischer, G-N. (1992) *Psychologie Sociale de l'Environnement*. Toulouse: Privat.
- French, J.R.P. e Raven, B. (1959) The basic of social power. Em, D. Cartwright (Org.) *Studies in Social Power*. Ann Arbor, Mich.: Institute for Social Research.
- Gohn, M. da G.M. (1994) O papel dos movimentos sociais para o avanço teórico da questão urbana e regional. Em, A. Paviani (Org.) *A Questão Epistemológica da Pesquisa Urbana e Regional*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Hall, E.T. (1971) *La Dimension Cachée*. Paris: Éditions du Seuil.
- Jodelet, D. (1982) Les représentations sócio-spatiales de la ville. Em, P.H. Derycke (Org.) *Conceptions de l'Espace*. Natterre: Université de Paris X.
- Jodelet, D. (1987) People-environment relations in France. Em, D. Stokols e I. Altman (Orgs.) *Handbook of Environmental Psychology*. New York: John Wiley & Sons.
- Lawrence, R.J. e Noschis, K. (1985) Inscire sa vie dans son logement: le cas des couples. *Bulletin de Psychologie*, 37, 887-895.
- Ledrut, R. (1973) *Les Images de la Ville*. Paris: Anthropos.
- Lemaine, G. (1979) Differentiation sociale et originalité sociale. Em, W.

⁽⁷⁾ Souza Filho, E.A. de (1994b) Discurso ambientalista de organizações não-governamentais - uma análise psicossocial. Instituto de Psicologia - Universidade de Brasília

- Doise (Org.) *Expériences entre Groupes*. Paris: Mouton.
- Macnaghten, P.; Brown, R. e Reicher, S. (1992) On the nature of nature: experimental studies in the power of rhetoric. *Journal of Community and Applied Social Psychology*, 2, 43-62.
- Milgram, S. (1972) A psychological map of New York city. *American Scientist*, 60, 194-200.
- Milgram, S. e Jodelet, D. (1976) Psychological maps of Paris. Em, H.M. Prochansky, et al. (Orgs.) *Environmental Psychology: People and Their Physical Settings*. New York: Rinehart & Winston.
- Moles, A. (1976) *Micropsychologie et Vie Quotidienne*. Paris: Denoel/Gonthier.
- Moles, A.A. e Rohmer, E. (1978) *Psychologie de l'Espace*. Bruxelles: Casterman.
- Moles, A.A. e Rohmer, E. (1982) *Labyrinthes du Vécu - l'Espace: Matière d'Actions*. Paris: Librairie des Méridiens.
- Morin, M. (1984) Représentations sociales et évaluation des cadres de vie urbaine. *Bulletin de Psychologie*, 37, 822-832.
- Moscovici, S. (1967) Communication process and the properties of language. Em, L. Berkowitz (Org.) *Advances in Experimental Social Psychology*, vol. 3. New York: Academic Press.
- Moscovici, S. (1984) Introducción: el campo de la psicología social. Em, S. Moscovici (Org.) *Psicología Social*, vol. 1. Barcelona: Paidós.
- Moscovici, S. e Lage, E. (1978) Studies in social influence IV: minority influence in a context of original judgements. *European Journal of Social Psychology*, 8, 349-365.
- Noschis, K. (1983) Fonction symbolique du logement. Une analyse de cas. *Social Sciences Information*, 22, 435-460.
- Proshansky, H.M. (1978) The city and self-identity. *Environment and Behavior*, 10, 147-169.
- Raymond, H. (1968) Analyse de contenu et entretien non directif: application au symbolisme de l'habitat. *R. Franç. Sociol.*, 9, 167-179.
- Sanchez, E.; Wiesenfeld, E. e Cronick, K. (1987) Environmental psychology from a Latin American perspective. Em, D. Stokols e I. Altman (Orgs.) *Handbook of Environmental Psychology*. New York: John Wiley & Sons.
- Sommer, R. (1973) *Espaço Pessoal. As Bases Comportamentais de Projetos e Planejamentos*. São Paulo: E.P.U. e Editora da Universidade de São Paulo.
- Souza Filho, E.A. de (1988) Universitários brasileiros no exterior - uma análise psicossocial. *Ciência e Cultura*, 40, 559-565.
- Souza Filho, E.A. de (1990a) Alguns pressupostos teóricos e metodológicos do estudo de representações sociais. *Anais do III Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico em Psicologia*, pp. 384-387. São Paulo.
- Souza Filho, E.A. de (1990b) Representações sociais: teoria e pesquisa. *Anais do Simpósio de Atualização em Psicologia Social na Reunião Anual da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto*, pp. 159-167. Ribeirão Preto.
- Souza Filho, E.A. de (1993) Análise de representações sociais. Em, M.J. Spink (Org.) *O Conhecimento no Cotidiano. As Representações Sociais na Perspectiva da Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense.
- Souza Filho, E.A. de e Manhiça, C.A. (1994) Desenhos sobre ecologia entre crianças de Brasília - uma análise psicossocial. *Anais do I Encontro Brasileiro de Ciências Ambientais*. COPPE/UFRJ, pp. 701-720.
- Thorne, R. e Hall, R. (1987) Environmental psychology in Australia. Em, D. Stokols e I. Altman (Orgs.) *Handbook of Environmental Psychology*. New York: John Wiley & Sons.
- Tuan, Y-F. (1990) *Topophilia: a Study of Environmental Perception, Attitudes, and Values*. Nova York: Columbia University Press.
- Vasconcelos, N.A. de (1993) A habitação como metáfora ecológica. Em, M.I. D'Avila e N. de Vasconcelos (Orgs.) *Ecologia, Feminismo, Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: EICOS-UFRJ.
- Virilio, P. (1984) *L'Horizon Négatif*. Paris: Galilée.